

**CENÁRIOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: O MUNICÍPIO E A
EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Scenarios in the History of Education in Minas Gerais: the municipality and education in the First Republic

Josemir Almeida Barros¹

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012. 310 p.

O livro: *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República* organizado por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho apresenta uma coletânea de doze artigos que versam sobre a História da Educação na perspectiva da organização da educação mineira. Diversos pesquisadores apresentam o estudo do local entrelaçado a debates sobre a educação no contexto brasileiro. Minas Gerais nesse conjunto era o Estado mais populoso da federação, além disso, visava promover alterações na estrutura econômica como meio de acumular riquezas e ampliar sua participação na esfera política. A partir daí processa-se no Estado diversas reformas educacionais, um dos exemplos é a Reforma Afonso Pena de 1892, conhecida também como Lei 41.

A obra enfoca, sem dúvida, uma face para o (re)pensar da realidade educacional brasileira, apresentando como baliza o início do período republicano. O estudo ora apresentado traz significativas contribuições para a compreensão do formato no qual os municípios mineiros: Ouro Preto, Mariana, Juiz de Fora, Uberlândia/Uberabinha, Uberaba, Araguari, Montes Claros, Diamantina e Sacramento organizaram a educação.

O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano, de autoria de Wenceslau Gonçalves Neto contribui para o debate a respeito da maior autonomia que os municípios adquiriram a partir da implementação da República brasileira. O autor retoma o período imperial para mostrar o quanto situações de correlações como analfabetismo, ignorância e atraso econômico permaneceram no período republicano.

Ao analisar parte da legislação e diálogos estabelecidos por autores a exemplo de Nagle (1997), Leal (1975), Dória (1992) entre outros, Gonçalves Neto apresenta caracterizações de autonomia dos municípios, bem como sua possível ausência; constata que a autonomia municipal foi uma garantia estabelecida nas constituições de muitos Estados brasileiros no início da República. Dessa forma, com a aquiescência do poder local houve a implantação de sistemas municipais de ensino.

A Constituição mineira é enfatizada como liberal nos aspectos da delimitação dos direitos municipais, ocorrendo em seu bojo a descentralização do poder político. Além da jurisdição administrativa dos municípios, também os distritos passaram a compor a base da organização administrativa. A partir daí acirram-se os conflitos entre os mandatários em torno do poder local e mesmo nas relações estabelecidas com o Estado.

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Campus Belo Horizonte). Integrante do Grupo de Pesquisa em História do Ensino Rural da Universidade da UFU. E-mail: josemirbh@yahoo.com.br

Discursos sobre a criação de limites ao poder dos chefes locais, ou seja, dos coronéis, são proferidos. A partir desses discursos emergem leis, como exemplo, a Lei nº 224, de 16 de novembro de 1897 que suprimiu os conselhos distritais das sedes dos municípios. Gonçalves Neto ainda apresenta a Lei 41, de 3 de agosto de 1892, como um dos exemplos que reforçou a liberdade do poder local. Descreve ainda que a Constituição mineira em seu artigo 117 estabeleceu a lei de organização da instrução pública e alterou a base da organização do ensino mineiro. Perpassa o texto a ideia de que o Estado objetivava a liberdade de ação das municipalidades no que concerne à educação pública. O modelo educacional do Estado, no entanto, só foi efetivado com a Reforma João Pinheiro, Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Por fim, o autor considerou que as ações da Câmara Municipal de Uberabinha coadunaram para a criação do município pedagógico, ou seja, com a autonomia para o município pensar e organizar seu sistema de ensino.

O município e a educação no Brasil: as ações da Câmara Municipal de Uberabinha-Minas Gerais (1890 a 1920) de Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de Oliveira Bar Carvalho expõe como o município brasileiro, Uberabinha, atualmente Uberlândia, atuou perante os desafios educacionais em fins do século XIX e início do XX (1890 a 1920). Segundo os autores esse recorte temporal estava imerso no contexto de mudanças de regime político, momento no qual houve intenso debate sobre a ampliação do ensino público municipal. Para Discorrer sobre a escolarização no município de Uberabinha, os autores recorreram a fontes diversas, a exemplo jornais e revistas, além de atas da câmara municipal, legislação de época, entre outras.

Uma das defesas dos republicanos era a democratização da educação e o aumento da oferta de oportunidades educacionais. A urbanização e a modernização avançavam e com elas despontava a necessidade de pessoas alfabetizadas. Nesse contexto, temas/problemas nacionais eram rediscutidos, principalmente a educação. No conjunto de questões discutidas pelos autores, as reformas do ensino não se apresentaram como uma continuidade, mas personalizadas pelos governos, com uma superposição de medidas, algumas com avanços, outras com retrocessos e muitas contradições. Retomando Nagle (1974), os autores destacam três fases no período que se estende até os anos 15 do século XX. Uma fase destacada como “comportamento desalentador dos homens públicos”, outra marcada pelo “entusiasmo pedagógico” - educação como panaceia e, por último, a fase do “otimismo pedagógico” - uma etapa de substituição do modelo pedagógico orientado pelo ideário escolanovista.

Diversos dispositivos legais são apresentados descrevendo a variação das reformas na educação, o que demonstra, nas municipalidades, a disposição de modernizar a escola e de alguma forma atender aos clamores da sociedade.

Nos anos 20 do século XX surgiram os “primeiros profissionais da educação”. Firmaram-se ideias pedagógicas orientadoras de um modelo de escola, para redução do analfabetismo e difusão do ensino elementar. Ficou nos premente a autonomia da Câmara municipal de São Pedro de Uberabinha na qual seus legisladores buscavam o progresso por meio da educação. Os autores demonstram que as reformas do ensino primário e normal (municipal e estadual) visavam transformações na sociedade, cuja principal ideia era difundir o conhecimento como instrumentos mais eficaz.

Por fim, reafirmam a tese da existência do município pedagógico a partir de Gonçalves Neto (2006), e conseqüentemente, da concepção de condições mínimas para se construir uma “pedagogia escolar”.

A criação de escolas e o preparo do professor (1892-1902) de autoria de Lola Yazbeck aborda o silêncio dos políticos frente ao preparo dos professores na cidade de Juiz de Fora. O recorte temporal foi marcado por mudanças político-estruturais e pela ideia de o “poder regenerador” da educação. Com o advento da República, o ensino particular em Juiz de Fora foi ampliado. No texto a autora destaca a Lei Afonso Pena comentando a descentralização do poder político e a autonomia das Câmaras para tratar da instrução primária, da criação de conselhos municipais e distritais e da diferenciação dos currículos das escolas de acordo com sua localização (cidade, distrito e campo).

A primeira Câmara municipal foi eleita em 1892. Seu estatuto continha diferentes comissões, entre elas, uma comissão responsável por “assuntos de instrução e da estatística”. Na prática, analisando os documentos acessados, a autora constatou o abandono do ensino público, a Câmara vivenciando um processo de retrocesso em relação às políticas de instrução, uma vez que o município encerrou diversas escolas. A imprensa periódica consultada, a exemplo do jornal *Correio de Minas* e *O Arauto*, denunciou as arbitrariedades com o fechamento das escolas, o que gerou ativa manifestação de moradores em prol da continuidade das escolas. A partir do posicionamento dos moradores e de monções pelos vereadores as escolas foram restabelecendo seu funcionamento.

A autora relata que em 1893 foi instalada a Escola Normal de Juiz de Fora, reconhecida oficialmente em 1894 com todas as prerrogativas de uma Escola Normal do Estado. Essa Escola enfrentou instabilidades, tanto de ordem financeira para o pagamento de professores quanto nas suas precárias instalações. Por outro lado, as instituições particulares continuaram formando professores.

Por fim, Juiz de Fora acabou por não oferecer à população instrução primária e normal a partir da autonomia da Câmara municipal. As escolas particulares se sobressaíram em relação às escolas públicas. No município, ocorreu o silenciamento dos políticos em relação à formação de professores. Dessa forma, as instituições particulares ocuparam espaços importantes, cuja prerrogativa só foi invertida a partir da reforma de 1927.

Em *Escola primária e formação docente: ensinando a ser professor(a) na escola normal de Montes Claros (1889-1906)* Sarah Jane Alves Durães menciona que a partir do começo da República a instrução escolar passou a se constituir plataforma para a materialização do progresso. Sendo assim, se houvesse um bom professor para instruir e modelar as crianças, logo seria possível uma sociedade escolarizada e civilizada. A autora recorreu a fontes históricas diversas para analisar as políticas de formação de professores(as) no município de Montes Claros. No estudo apresentado fica nítido que a constituição promulgada em 1891 permitiu o aparecimento do município pedagógico como dito por Gonçalves Neto Wenceslau (2010), ou seja, o município tornou-se um espaço político-pedagógico. Em Montes Claros ocorreram diversas iniciativas por parte das administrações públicas para viabilizar a difusão do projeto civilizatório, na maioria, grupos adeptos do liberalismo e do partido republicano.

A autora descreve que professores atuantes no município enviavam respostas às cartas/cobranças do Secretário de Estado dos Negócios do Interior. As cartas/respostas continham assinatura de integrantes da Câmara municipal. Nas cartas, cobravam-se mais investimentos em instrução e não somente havia respostas às indagações do Secretário sobre número de alunos matriculados.

Outro tópico abordado é a criação da escola Normal de Montes Claros com o art. 97 do Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879 que funcionou em espaço improvisado. Para melhorar a instalação da Escola Normal, a Câmara despenderia recursos financeiros em 1888. Porém, as escolas normais subvencionadas pelo poder público do Estado de Minas começaram a ser fechadas em 1904. Entre outros fatores, com a ausência de investimentos por parte do Estado ocorreu a transferência de responsabilidade de manutenção e organização das escolas do Estado para as municipalidades. Em Montes Claros a Escola Normal foi enunciadora de um novo “saber-fazer e saber-ser professor(a).” Um detalhe importante nessa instituição escolar foi o predomínio de estudantes do sexo masculino.

Por fim, diferentes grupos se apropriaram da escola como *locus* de propagação de um ideário, o que ajudou a redefinir atributos do trabalho docente. Ideias antagônicas coexistiram: por um lado a defesa de uma educação aos moldes do Império, por outro lado a proposta de instituir o novo, o moderno, o progresso.

Os primórdios da educação em Araguay-MG: análise das iniciativas políticas acerca da instrução na República Velha (1897-1916) de Aline Ferreira Rodrigues e Wenceslau Gonçalves Neto nos traz o debate sobre as iniciativas do município de Araguay na organização escolar, a partir do acervo documental do memorialista Abdala Mameri e da Secretaria de Governo de Araguay. Os autores apresentam histórico sobre a constituição do município e relatam a importância da ferrovia Mogyana para o desenvolvimento da região conhecida como Triângulo Mineiro. Araguay insere-se na categoria de *município pedagógico*, conceito mencionado por Gonçalves Neto e Magalhães (2009), ou seja, discutem o estabelecimento de ações educativas pelo poder local.

Leis votadas na Câmara são apresentadas e dão-nos a ver a atenção dedicada à educação no período. A partir da documentação apresentada, os autores constataam a instalação de diversas escolas no município por intermédio da Câmara municipal, tanto escolas urbanas quanto distritais e rurais. A educação serviria para regenerar mentes e formar mão de obra. As elites faziam uso de requerimentos buscando a organização e a racionalização do espaço urbano, conseqüentemente a escola era um dos focos de interesse. Em 17 de abril de 1905, os autores citam que por meio da lei nº 112 constituiu-se o “*Campo Prático de Demonstração do Útil da Câmara Municipal de Araguay*”, cuja ideia era formar alunos no ensino técnico-profissionalizante do campo.

Os autores mencionam subvenções destinadas à educação, mas também apontam problemas diversos. Comentam que no município de Araguay houve a instalação de um estabelecimento profissionalizante para combater o atraso no meio rural; no meio urbano coadunou-se a implementação da racionalização intelectual com uma proposta modernizante que incluía investimentos em professores e na implantação de grupos escolares.

Educação como projeto de modernização no interior das Gerais: um estudo sobre a instrução pública no município de Uberaba nos anos iniciais da República brasileira, de autoria de Rogéria Moreira Rezende Isobe e Sandra Mara Dantas objetiva analisar o processo de organização e implementação da instrução pública primária no município de Uberaba. Para isso, as autoras utilizaram como fontes atas da Câmara, relatórios, artigos de jornais e almanaques da cidade. O texto origina inferências à civilização como um processo que se opõe à barbárie, induzindo a mudanças nos comportamentos dos seres humanos, coincidentes com a modernidade.

O Sertão da Farinha Podre é contextualizado a partir do processo de interiorização do território, ou seja, componente de uma etapa de ocupação e exploração do sertão mineiro, especificamente a cidade de Uberaba, principal povoamento da região do Triângulo Mineiro no período, emancipado em 1856. Deixam claro que nas duas primeiras décadas do século XX Uberaba era o centro de referência em educação em Minas Gerais, embora carregasse diversos desafios no campo econômico e político com os mandos e desmandos dos coronéis.

Na perspectiva de progresso, a educação escolar em Uberaba era considerada um instrumento de civilização e controle. A imprensa local publicava questões conceituais do campo educacional além de propagar ações e ideias dos dirigentes municipais em defesa de uma renovação pedagógica. Em 1912, a Câmara inaugurou a inspeção municipal e o “cinematógrafo como elemento educador”. De acordo com as autoras, as ações da Câmara sobre a educação se aproximaram ao que Gonçalves Neto e Carvalho (2005) chamaram de “território pedagógico”. A autonomia do município frente aos anseios da modernização e a crença na educação popular para atingir as “benesses do progresso” era foco de preocupações dos gestores municipais. Isso ocorria também na educação rural frente às omissões do governo do Estado e as necessidades dos coronéis em assumirem a liderança política nas localidades.

Por fim, as autoras discutem que a difusão da educação popular em Uberaba encontrava-se inserida na perspectiva de referência a uma civilização desejada, sendo que a imprensa local desempenhou importante contribuição para a renovação pedagógica.

Quando as forças republicanas se fazem presentes: educação em Mariana (1891-1909) de Rosana Areal de Carvalho e Fabiana de Oliveira Bernardo aborda a realidade de Mariana, primeira cidade constituída em Minas Gerais e que agregava diversos representantes de Deus por meio da Diocese. As autoras discorrem sobre o cenário político após a proclamação da República e a trajetória de Gomes Henrique Freire de Andrade em virtude das funções públicas exercidas na localidade. Documentos produzidos pela intendência municipal e pela Câmara de Mariana foram pesquisados.

As autoras tratam da organização administrativa de Mariana no período pós-proclamação da República. Destacam que em 23 de janeiro de 1893, o município publicou o Regulamento nº 1 da instrução pública contendo as diretrizes para a educação local. O artigo 1º do regulamento anunciou a abertura de escolas nos distritos nos quais eram necessárias com o subsídio para o prédio e mobília. Essa talvez tenha sido uma ação limitada, aos se considerar a autonomia das municipalidades caracterizada pelo conceito

de município pedagógico, como cunhado por Gonçalves Neto (2006). Embora delineiem ações sobre a instrução pública no início da República, as pesquisadoras explanam que em Mariana imperou o conservadorismo, rompido apenas a partir de 1905 quando Gomes Henrique Freire de Andrade assume a presidência da Câmara. A partir desse momento o campo educativo vivenciou significativas melhorias, até mesmo com a criação do grupo escolar em 1909.

Algumas características importantes desse estudo biográfico no campo da história da educação são capturadas por meio de alguns elementos da vida de Gomes Henrique Freire de Andrade, como tensões na transição do Império para a República e seus desdobramentos para o campo da educação. Em 1891, Andrade, na condição de deputado constituinte compôs a “Comissão de Instrução Pública”. Quando retornou para Mariana além de propagandar a República, instaurou e organizou grupos escolares, entre outras instituições sociais.

Por fim, as autoras dizem que no caso de Mariana a ideia de *município pedagógico* não se aplicou. Houve ausências de iniciativas da Câmara nas ações educacionais. Ações significativas couberam a Gomes Henrique Freire de Andrade.

Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906) de Luciana Araujo Valle de Resende e Wenceslau Gonçalves Neto trata-se das questões da educação e saúde no município de Juiz de Fora, tendo como fontes a imprensa local e documentos oficiais do município. O artigo descreve a constituição da cidade e sua importância no cenário mineiro. Em fins do século XIX, em Juiz de Fora, a escola era vista como caminho para chegar a civilidade e ao progresso, não diferindo de outras localidades. Nessa perspectiva, poucos foram os avanços da educação popular nos primórdios da República. A descentralização aparece como dificuldade para a possível formação de um sistema de ensino nacional. O que se viu foi grande massa de analfabetos, pessoas pobres, excluídas do processo educacional.

Os autores mencionam que as províncias não se encontravam necessariamente preparadas financeiramente para assumirem a educação. Não havendo um sistema de ensino central, ficava a educação popular à mercê de sua própria sorte, um jogo de responsabilidades entre os poderes, de quem a República herdou diferentes enigmas a serem resolvidos. Os autores exemplificam que até a promulgação da constituição republicana havia autonomia dos professores para definirem currículo, métodos, matérias e horários. A partir daí, o professor passou a ser um servido público controlado por inspetores. O Estado fiscalizava e normalizava o trabalho do professor, mas se omitia na criação e manutenção de escolas. O magistério era visto como sacerdócio.

As dificuldades encontradas em Juiz de Fora para implementar as reformas encontravam-se vinculadas às questões orçamentárias. Porém, a educação não era a única a carecer de organização e financiamento. Situação parecida era vivenciada pela saúde. Com o aumento populacional nas cidades tornou-se essencial a melhoria das condições de saneamento para evitar moléstias. Objetivando a higienização da sociedade e a difusão de informações as escolas passaram a ser o *locus* para cultivo e divulgação de saberes a partir dos preceitos higienistas.

Por fim, a racionalização das ações do Estado perpassou pela regeneração da sociedade. A escola em Juiz de Fora foi encarada como um aparelho ideológico, corroborando para o desenvolvimento da nação.

Montes Claros no contexto educacional mineiro: (im)postura municipal e organização escolar no limiar da República de Antoniette Camargo de Oliveira e Eloy Alves Filho discorrem sobre o movimento de escolarização no município de Montes Claros nos primeiros anos da República. Para isso, utilizam fontes como o livro de efemérides, atas da Câmara Municipal e/ou Intendência. Inicialmente discutem a situação dos órfãos ou abandonados a partir do período imperial. O debate sobre a divisão do Estado em Círculos Literários e a forte presença da igreja Católica em ações sobre educação se destacam.

Expõem que no processo de instrução muitos professores apresentavam grau de parentesco e outros tiveram a aposentadoria precoce o que coloca sobre suspeita a legalidade de concursos e outras ações da administração pública.

Por meio do estudo de mapas de frequências, evidenciam a quantidade de escolas, na maior parte multiseriadas, no município, bem como parte dos problemas enfrentados para sua manutenção. Problemas como a infrequência dos alunos são explicitados nos documentos oficiais.

Investimentos em instrução no município de Montes Claros eram reduzidos. Diante da impossibilidade de criar e manter as escolas públicas, a administração destinava verbas para as escolas particulares, a partir da Lei nº 114, de 14 de abril de 1902. Averiguam que a partir da descentralização do poder político e autonomia das Câmaras, o Congresso nacional para evitar interferência na municipalidade, às deixara a mercê dos poucos recursos locais, o que dificultava sua permanência. Em alguns casos, proprietários de fábricas da região auxiliavam com o pagamento de aluguel e iluminação da escola pública. Ressaltam que muito embora houvesse a descentralização, o governo do Estado de Minas ainda era considerado o responsável pelo ensino. Os problemas enfrentados nas escolas rurais eram ainda piores.

Por fim, os documentos pesquisados não demonstraram que o governo municipal tenha assumido e/ou desenvolvido algum projeto de educação a partir de novas aspirações de uma nova sociedade, por parte da República.

Instrução no município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e a busca pelas luzes da educação de Flávio César Freitas Vieira e Michelle Mattar Pereira de Oliveira as fontes de pesquisa utilizadas foram as Atas do Conselho Municipal, Atas da Câmara Municipal de Diamantina, Atas da Comissão Municipal, documentos avulsos, Termos de Juramentos de Vereadores da Câmara Municipal de Diamantina, documentos de Inspeção Geral de Instrução entre outros. Em sua maioria os documentos são datados de fins do XIX e início do XX. Os autores apresentam categorias diversas para o estudo, entre elas: *Nacionalismo, Financiamento na Educação e Saúde Pública*. Contextualizam o Arraial do Tijuco desde sua emancipação política passando pelo período de exploração de diamantes momento em que o Distrito de Diamantina concentrava a maior população da região.

Na área educacional as deliberações mais importantes foram de responsabilidade do agente Executivo Cel. Hilário Sebastião de Figueiredo que alterou e aprovou o projeto nº

1 consoantes Atas da Câmara de 30 de janeiro de 1907, além de estabelecer gastos a serem despendidos em consertos e reparos do prédio escolar visando à instalação do primeiro grupo denominado Conselheiro Matta, inaugurado pelo Presidente João Pinheiro.

Os pesquisadores mencionam que de acordo com as Atas de Câmara Municipal de Diamantina, emergiram debates voltados mais para arte, música e cultura em geral do que para a educação. Por fim, confirmam que no município de Diamantina houve investimentos em instrução pública, porém tendencialmente para as necessidades das camadas dominantes.

Educação em Ouro Preto: um olhar sobre a participação da Igreja Católica de Laila Caroline Pereira e Wenceslau Gonçalves Neto utilizou como fontes atas da Intendência da Câmara Municipal de Ouro Preto de 1889 a 1896 para averiguar a formulação de leis sobre a educação e a participação da Igreja Católica nesse processo. Com a proclamação de República ocorreu a separação entre Estado e Igreja. A Igreja então buscou mecanismos para influenciar a política no país, fundando escolas católicas para educar os filhos das elites e, conseqüentemente, influenciar futuros políticos.

Os autores discutem que Minas Gerais era um Estado de destaque no cenário político nacional. Ouro Preto, na condição de capital, concentrava domínios da Câmara municipal e também do legislativo estadual, este composto por Câmara e Sendo. Nesse contexto seria importante a presença de padres na política. Eclesiásticos, a exemplo do padre Camillo Lellis Ferreira Velloso, atuaram como vereadores na localidade.

Boas relações estabelecidas em Ouro Preto, entre Igreja e poder público, com base na documentação são apresentadas. O vereador padre Camillo Lellis Ferreira Velloso intensificou sua proposta de investimentos na educação por meio de adoção de materiais didáticos (livros) para permitir a divulgação e formação das crianças, a partir da doutrina católica. É interessante notar que em Ouro Preto não havia escolas municipais na ocasião. Por ser a capital do Estado contava com muitas escolas estaduais. Câmara e igreja apresentavam mais concordâncias a contradições, lógicas um tanto quanto distintas dos preceitos republicanos.

Por fim, a separação entre Igreja e Estado que demarcou o ensino laico não teve desdobramentos em Ouro Preto, ou seja, na prática a igreja Católica continuou a exercer seu poder e sua força apoiada pela Câmara municipal.

Educação como fator secundário em Sacramento: entre o Império e a República, de Antoniette Camargo de Oliveira, Geraldo Inácio Filho e Osvaldo Freitas de Jesus, apresenta como recorte temporal fins do século XIX e início do XX no município de Sacramento, Região do Triângulo Mineiro. As fontes utilizadas foram principalmente atas de seções na Câmara de vereadores. Os autores estabelecem inicialmente uma discussão sobre características, formato e ortografia entre outros, do texto escrito, em específico dos documentos históricos. Mencionam que em Sacramento, ainda no período imperial, havia precariedade da instrução pública, a exemplo, falta de prédios apropriados. No período republicano, havia presença significativa de imigrantes na localidade, originando a ideia da criação de uma escola profissionalizante ou técnica para eles.

Na documentação acessada, os autores detectaram que no município de Sacramento, o ensino secundário foi priorizado em detrimento do primário e o município subsidiava parte de escolas particulares como forma de trocar vagas para alunos pobres. Mencionam que a legislação para a educação era bastante frágil, ou melhor, precária. Os autores detectaram em suas análises que nos vencimentos dos professores coexistiam pagamentos diferenciados.

Descrevem que a educação no município de Sacramento, mesmo depois da proclamação da República continuou sofrendo influências políticas. Um exemplo foi a nomeação de diversos professores sem que houvesse documentação para aferir a aprovação em concurso público.

Por fim, embora existissem algumas escolas em Sacramento, não foi constatado maior consistência da legislação nos aspectos educacionais, ou seja, a Câmara Municipal de Sacramento e seu agente executivo apresentavam interesses diversos sobre o fazer político, postergando a necessidade de ordenação da educação pública.

Depreendemos que, no conjunto, os textos apresentados no livro *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República* são importantes para o melhor entendimento das atribuições e demais responsabilidades dos municípios frente à autonomia para instalar e gerir os diversos tipos de escolas mineiras no início do período republicano.

Os textos nos dão a ver diversos entrelaçamentos do local com o nacional. Particularidades dos agentes administrativos em seus contextos de atuação frente ao novo projeto de sociedade que emergia no Brasil são destacados e nos permitem consideráveis elucubrações a respeito de os municípios pedagógicos no período em estudo.

*Recebido em dezembro de 2013
Aprovado em janeiro de 2014*